

Conhecimentos tácitos nos processos de produção jornalística

Magali Moser¹

Resumo

Este artigo reflete sobre os conhecimentos tácitos, internalizados e procedentes do aprendizado da experiência, utilizados nos processos de produção jornalística. Tais conhecimentos, embora muitas vezes reduzidos a percepções subjetivas e simplificadas nos discursos profissionais como “faro jornalístico” ou “fazeres naturais”, revelam-se como parte de um método profissional institucionalizado historicamente. Explicitar os processos em torno da reportagem como método se faz relevante à medida que o grupo profissional é conhecido pela internalização de suas competências e dificuldade de explicar os próprios fazeres. O referencial teórico parte da concepção do jornalismo como forma social de conhecimento.

Palavras-chave: Teorias do Jornalismo. Conhecimentos tácitos. Método da reportagem.

Tacit knowledge in journalistic production processes

Abstract

This article reflects on tacit knowledge, internalized and derived from learning from experience, used in journalistic production processes. Such knowledge, although often reduced to subjective and simplified perceptions in professional discourses such as “journalistic flair” or “natural actions”, proves to be part of a historically institutionalized professional method. Explaining the processes surrounding reporting as a method becomes relevant as the professional group is known for internalizing its skills and having difficulty explaining its own actions. The theoretical framework starts from the conception of journalism as a social form of knowledge.

Keywords: Theories of Journalism. Tacit knowledge. Reporting method.

¹ Doutora em Jornalismo (PPPGJOR/UFSC), pesquisadora de pós-doutorado do Instituto Nacional de Democracia Digital (INCT.DD)/UFBA. Pesquisadora associada do Observatório da Ética Jornalística (ObjEthos). E-mail: magali.moser@gmail.com.

Introdução²

Há uma antiga divergência em torno do tipo de conhecimento considerado “mais verdadeiro” na história da epistemologia ocidental. De um lado, o racionalismo entende o verdadeiro conhecimento como resultado de um processo mental ideal e não da experiência sensorial; e de outro, o empirismo argumenta que a única fonte de conhecimento é a experiência sensorial. As constatações de Nonaka e Takeuchi (1997) observaram que, enquanto os ocidentais tendem a enfatizar o conhecimento explícito, a tradição intelectual japonesa destaca o conhecimento tácito. Os autores propuseram que ambos não são separados, mas complementares: “o conhecimento é tanto explícito quanto tácito. O conhecimento é inerentemente paradoxal, pois é formado do que aparenta ser dois opostos” (Takeuchi; Nonaka, 2008, p.20). Ao integrarem visões na teoria da criação do conhecimento organizacional, propuseram uma estrutura conceitual com duas dimensões – epistemológica e ontológica.

O jornalismo reúne “saberes que circulam nas redações”, como definiu Beatriz Marocco (2016). Mas a visão da profissão como atividade “essencialmente prática” também remete a competências enquadradas como saberes tácitos incorporados no processo de socialização das redações (Barros Filho, 2002) e se desdobra em disputas até hoje sobre a formação profissional. Esse atrito não seria levado adiante se houvesse a compreensão de que “o conhecimento em si é formado por dois componentes dicotômicos e aparentemente opostos – isto é, o conhecimento explícito e o conhecimento tácito” (Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 19). Enquanto o primeiro é facilmente visível, transmissível e explicável, aproximando-se da conceituação intitulada por Anthony Giddens (2003) como *consciência discursiva*, o segundo é mais difícil de formalizar, está enraizado nas ações e na experiência dos indivíduos, por isso se torna mais difícil compartilhá-lo, equiparando-se à *consciência prática*, na sistematização do sociólogo britânico.

Jornalistas não costumam racionalizar ou verbalizar a existência de um método próprio incorporado nas ações e motivações ligadas à sua conduta profissional. As regras profissionais e a tomada de decisão geralmente são atribuídas a componentes derivados de uma competência essencialmente prática, como se não refletissem uma dimensão teórica, ou pelo menos uma noção teórica, da atividade. Essa dificuldade de repórteres explanarem processos envolvidos nas suas práticas se expressa de maneira generalizada

² Esta pesquisa contou com financiamento público através de bolsa de pesquisa Fapesc.

na cultura profissional, conforme observam diferentes pesquisadores. Como aponta Barbie Zelizer (2017), para jornalistas, é mais fácil identificar fatos com potencial para reportabilidade do que, propriamente, explicar o processo de produção jornalística. Tal constatação corrobora resultados apontados em pesquisas anteriores (Zelizer, 2016; Charron; Bonville, 2016; Phillips, 1999; Breed, 1999).

A iniciação no jornalismo se dá pela imitação e interiorização das rotinas, compactuando as mesmas lógicas de colegas profissionais: “[...] ‘reflexos’, ‘automatismos’, que fazem com que um jornalista seja capaz de distinguir um ‘evento’ pontual onde um leigo vê apenas uma sequência ininterrupta de atividades, de selecionar, já num primeiro olhar, os elementos que são ‘pertinentes’” (Charron; Bonville, 2016, p. 70). Vale destacar a noção da qual se parte aqui com relação à concepção sobre jornalismo. A escolha é pensar o jornalismo como modalidade específica de conhecimento reconhecendo, portanto, na informação jornalística semelhanças e disparidades de formas clássicas de conhecimento, como a ciência e o senso comum (Park, 2008; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992, 1997; Fonseca, 2000; Sponholz, 2009). Afinal,

A identificação do jornalismo como forma de conhecimento singular é que vai nos fornecer um conceito para esta atividade socialmente relevante e que, por conseguinte, vai determinar uma prática profissional em que o jornalista será, acima de tudo, um intérprete qualificado de uma realidade que precisa ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos. (Fonseca, 2000, p. 175).

Também se faz necessário estabelecer a noção de qual se parte aqui ao se tratar de reportagem, um termo de difícil definição no campo jornalístico, carregando ambiguidades e significados polissêmicos. A ação de checagem, entrevista e apuração recebe tal denominação, por isso, equipes de emissoras de televisão e rádio, por exemplo, são chamadas de “equipe de reportagem”. Com diferentes atribuições como processo de investigação, método de trabalho, departamento de redações e prática narrativa, a perspectiva adotada aqui compreende a reportagem de maneira mais ampla, sobretudo como método de abordar a realidade social, sem no entanto desprezar suas várias outras facetas. Estudos iniciais abriram caminho para tornar a reportagem um objeto consolidado sob diferentes perspectivas teóricas, podendo ser entendida como *metodologia do jornalismo* (Osorio Vargas, 2017).

As decisões tomadas por jornalistas não apenas moldam a compreensão do mundo e dos eventos, como da natureza da sociedade, por isso, precisam ser melhor entendidas, eixo central do que se pretende aqui. Ericson, Baranek e Chan (1987) defendem tal proposição a partir de uma análise da metodologia utilizada por profissionais do jornalismo, com base em pesquisa junto a equipes que atuam em redação. Sabendo que a primeira etapa de criação de conhecimento se fundamenta na socialização, com o processo de compartilhamento de experiências, o indivíduo adquire conhecimentos tácitos no contato com os outros, dispensando o uso da verbalização (Takeuchi; Nonaka, 2008). Na sociedade que se diz do conhecimento, o jornalismo assume uma posição de relevância, o que torna o estudo de suas práticas e produtos um excelente veículo para compreender as propriedades sociais.

Ericson, Baranek e Chan (1987) sustentam a necessidade de tornar visível o que está escondido aos olhos, o centro do método jornalístico. Com inspiração em tal defesa, este artigo reflete sobre as principais competências profissionais jornalísticas: o saber de reconhecimento, ligado à pauta, o saber de procedimento, associado à apuração, e o saber de narração, que remete à arte de contar a história. Centralizamos a discussão no primeiro por ser tradicionalmente restrito às dimensões intuitivas, como “aptidão natural”, e apenas recentemente passar a receber mais atenção nos estudos teóricos de jornalismo (Moraes, 2022). Um dos principais responsáveis por divulgar a obra dos pesquisadores canadenses em língua portuguesa, Traquina (2012) enfatiza as três habilidades como elementos de uma cultura profissional. Amparados pelo percurso de apuração, jornalistas têm a capacidade de selecionar e definir aquelas ocorrências que se tornarão públicas, através de suas leituras de mundo, percepções e parâmetros.

Entretanto, o conhecimento desse fio condutor que constrói a abordagem levada ao público costuma ser menosprezado, como se a discussão fosse desnecessária, ou reduzida ao que se compreende muitas vezes como “faro jornalístico”, seja nos livros e discursos de repórteres ou na prática profissional. Tal noção se relaciona à ideia do jornalista como uma espécie de “caçador” da notícia, um cão farejador à espreita do acontecimento. Esse imaginário naturaliza uma dinâmica marcada por escolhas, pressupondo como papel de quem está na condição de repórter apenas repassar ao público um fato dado, que não foi escolhido e nem passou por uma seleção para ganhar visibilidade. Tal pensamento esconde o processo de criação e elaboração da pauta, uma

das grandes questões do complexo fenômeno jornalístico. Os resultados apresentados aqui integram pesquisa anterior (Moser, 2021).

Em tese de doutoramento, analisamos depoimentos coletados em pesquisa documental e entrevistas em profundidade com 12 *repórteres especiais* com atuação amplamente reconhecida no Brasil. A seleção do grupo teve o cuidado de mesclar experiências do *mainstream* e do jornalismo independente, além de considerar critérios como gênero, raça e território, buscando contemplar a maior diversidade de práticas possíveis. O *corpus* se baseou nas respostas de Adriana Carranca, Andrea Dip, Armando Antenore, Caco Barcellos, Chico Felitti, Daniela Arbex, Fabiana Moraes, Fábio Bispo, José Hamilton Ribeiro, Mauri König, Natália Viana e Renan Antunes de Oliveira. A partir do estudo, constatamos a existência de um método institucionalizado nas práticas profissionais de repórteres especiais, marcado por processos sistemáticos e condutas fundamentais, embora o grupo não o reconheça ou o identifique muitas vezes.

Apesar do uso frequente no campo profissional, os estudos de jornalismo não apresentam uma definição específica sobre o termo repórteres especiais. Nem mesmo o manual do principal jornal de referência do país menciona o verbete, talvez um indicativo de como o termo é naturalizado nas lógicas internas de hierarquização³. Repórteres especiais ocupam um dos lugares mais prestigiados no campo profissional, exercendo uma influência particular, por isso foram alvo do estudo. Referem-se a uma elite profissional que, se diferencia pela experiência acumulada, maior autonomia e tempo na proposição e execução de suas pautas, mais livres da pressão do imediatismo. Deste modo, teriam possibilidade de desenvolver uma vertente mais autoral nos seus trabalhos. Contestam e transgridem certas normas profissionais, mas também promovem a afirmação do campo profissional, notabilizando-se como “cânones” (Moser, 2021).

200

Saberes e competências jornalísticas

Na socialização de novos jornalistas, a imitação de fazeres e condutas, o cumprimento de regras comuns, raramente explícitas, e a observação do comportamento de jornalistas experientes atuam como componentes na reprodução e perpetuação das

³ No *Manual da Redação da Folha de São Paulo* (2018) não há o verbete específico “Repórter especial”. No capítulo “Atuação Jornalística – Prática” há menção ao verbete “Enviado especial” (jornalista destacado para cobrir acontecimentos fora da cidade ou do país, onde trabalha habitualmente), caracterizando outra função.

práticas. O trabalho procedimental sobre modos de coleta e formatação da informação implica em seguir modelos. Durante o período de iniciação, “o jornalista novato busca mais imitar do que se distinguir: fazer-se notar pode não ser uma boa estratégia diante do secretariado de redação e dos colegas experientes” (Charron; Bonville, 2016, p. 72). No entanto, com o passar do tempo, o esforço tende a ser o contrário, rompendo com lógicas iniciais e criando, dentro das condições encontradas, uma linguagem própria. Recém-formados tendem a se adaptar com mais facilidade às normas enquanto os mais velhos resistem e questionam convenções, embora essa não seja uma regra.

Se considerarmos a realidade do jornalismo contemporâneo, podemos constatar que, no curso de sua socialização profissional, o aprendiz de jornalista incorpora por mimetismo os modelos de comportamento profissional, e esquemas cognitivos que tenderá a reproduzir mais ou menos fielmente, quer dizer, adaptando-os eventualmente às condições concretas e particulares do exercício de seu ofício. Assim, podemos dizer, por analogia e esquematização, que *o jornalista aprende a conceber e a produzir uma reportagem* ou uma crônica a propósito de um referente qualquer *seguindo exemplos paradigmáticos*, mais ou menos como aprendemos a conjugar verbos, seguindo os exemplos dos modelos [...] (Charron; Bonville, 2016, p. 46, grifo nosso).

201

Tendo as relações no ambiente profissional como bússolas, jornalistas têm sua identidade forjada, procurando com o tempo, distinguir-se dos colegas pela forma como apresentam a informação ou pelo modo como conduzem a apuração. Princípios, hábitos, normas simbólicas e valores internalizados compartilhados pelo grupo guiam suas ações e dificultam a explicação sobre as práticas, tomadas muitas vezes de forma naturalizada e mecanizada nas rotinas produtivas. Saberes e fazeres são indissociáveis do processo de socialização entre pares. Tanto que já se disse que o aprendizado das regras, a política do jornal e a inserção no sistema de trabalho são apreendidos por osmose: “Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores” (Breed, 1999, p. 155).

Nesse modelo, a aprendizagem se dá de forma tácita e por meio da imitação. Isso não se restringe apenas às práticas operacionais, mas contempla ainda noções mais complexas como questões e decisões ligadas à ética absorvidas por uma “imitação silenciosa” (Bucci, 2000, p. 99). Assim, tentativa e erro, mimetismo e dimensão intuitiva consolidam então valores na prática. Um dos pontos problemáticos nesse sentido são os valores incorporados deste modo naturalizado e automatizado, sem questionamento.

Justamente por ser um conhecimento tácito, não algo conscientizado, esses conhecimentos acionam e reproduzem modelos de mundo condicionados pela cultura mais ampla da sociedade a qual o indivíduo está inserido. Muitos dos quais carregados de noções estereotipadas e preconceituosas reproduzidas de forma automatizada (Veiga da Silva, 2015).

A dificuldade enfrentada por jornalistas em explicar e descrever o processo do ato de reportar reforça a necessidade e o desafio de sistematizar essas vivências das práticas jornalísticas em fundamento teórico, tornando-as formalizáveis. Na visão de Barbara Phillips (1999), as notícias dependem de certos hábitos mentais de jornalistas relacionados à sua própria formação e orientação prática. A pesquisadora acompanhou a atuação de jornalistas por mais de um ano e observou que os profissionais “não conceptualizavam a sua própria experiência nem colocavam particularidades concretas numa estrutura teórica mais ampla” (Phillips, 1999, p. 327). Essa cultura profissional se manifesta num estilo, formato de escrita e maneiras de agir próprios, condicionados muitas vezes pelas próprias especificidades da atividade. “O próprio trabalho jornalístico diário impede o desenvolvimento de processos cognitivos que levam ao conhecimento teórico e filosófico” (Phillips, 1999, p. 327).

Os padrões de interação e as experiências pessoais de principiantes no âmbito das redações fornecem subsídios para modos de agir na atuação profissional, como uma espécie de “treinamento”. A predominância do aspecto pragmático do jornalismo é sempre um ponto ressaltado, sobretudo nas pesquisas etnográficas, que costumam constatar uma hipervalorização da prática. Esse senso prático mobilizado constantemente nas decisões jornalísticas se manifesta não só nas ações, também está presente em muitos discursos sobre a área. Meditsch (2012) identifica essas falas como *Jornalismo do Jornalismo* ou *Jornalismo que se autoexplica*, citando os livros de Clóvis Rossi (1990) e de Ricardo Kotscho (1989), entre muitas outras obras. Essa racionalidade centrada no “saber-fazer” compromete uma relação efetiva teórico-prática pois ocorre de forma apartada de uma reflexão profunda sobre o que é o jornalismo.

Como exemplo mais recente deste fenômeno, podemos citar a trilogia *Mestres da Reportagem*, organizada por Patrícia Paixão (2012, 2018a, 2018b), que reúne entrevistas com repórteres reconhecidos pela atuação no campo profissional em âmbito nacional. A obra traz informações sobre os bastidores da atuação, mas tem as limitações do que Meditsch (2012, p. 75) alerta: “Se não há dúvida sobre o conhecimento que este tipo de

obra propicia, há também um limite para a utilidade deste conhecimento: ele apenas permite a reprodução de bons padrões existentes de Jornalismo.”

A produção e reprodução das práticas sociais foi estudada pelo sociólogo Anthony Giddens (2003) que apresenta uma abordagem crítica da Teoria da Estruturação, sobre a qual procura compreender como se dão essas lógicas. Algumas dessas interpretações não se expressam de forma discursiva: agentes sabem como fazer, mas não sabem como dizer o que estão fazendo. É designado como consciência prática o que diz respeito aos saberes implícitos na produção e reprodução de práticas sociais. Difícil de formalizar e não facilmente visível ou expressável, o conhecimento tácito se compara à esta consciência, enquanto o conhecimento explícito, transmitido de modo formal e sistemático, à consciência discursiva, pois capaz de expressá-lo pela palavra. Há, no entanto, uma racionalização expressa na consciência prática no conhecimento das regras profissionais, mobilizado e reproduzido para assegurar resultados intencionais.

A maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais são apenas tacitamente apreendidas pelos atores: eles sabem como “prosseguir”. A formulação discursiva de uma regra já é uma interpretação dela e, [...], pode em si e de si mesma alterar a forma de sua aplicação (Giddens, 2003, p. 26-27)

203

As regras são, portanto, fundamentais para a produção e reprodução das práticas sociais porque fazem a mediação entre agentes. O autor define regras como “técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais” (Giddens, 2003, p. 25).

Nas rotinas profissionais desse sistema, a socialização junto a colegas de trabalho acaba sendo um depositário de trocas e conhecimentos de forma natural e espontânea nas redações. Por isso, talvez até de modo inconsciente, jornalistas têm dificuldade de reconhecer que sua prática profissional resulta de treinamento, preparação e formação, com base numa tradição cultural acumulada. Traquina (2013, p. 42) ressalta a prioridade dada à ação sobre a reflexão: “Os jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com ‘horas de fechamento’ e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar, porque é preciso agir.” A imposição da atualidade acompanha a constituição da imprensa (Moretzsohn, 2002) talvez tanto quanto a valorização da intuição nos processos jornalísticos e saberes profissionais acumulados.

O facto de apenas estar disponível através da experiência e da transmissão oral, e não através de manuais, é a chave para percebermos por que os jornalistas enfatizam a componente mais intuitiva e menos analítica e sistemática do seu trabalho, algo que é notório no conceito de “faro para as notícias” (Ericson; Baranek; Chan, 1987, p. 133-135 apud Traquina, 2013, p. 40).

Os autores canadenses definiram o trabalho jornalístico a partir de três saberes: saber de reconhecimento, saber de procedimento e saber de narração. O saber de reconhecimento constitui a capacidade de identificar ou localizar possíveis acontecimentos com apelo jornalístico, os fatos que merecem ser tratados como notícia de acordo com os valores consagrados na profissão. O conflito, a estruturação em polos opostos, a insistência no acontecimento em detrimento das problemáticas, o imediatismo e a instantaneidade estão entre esses valores. “Aqui, o jornalista mobiliza os critérios de noticiabilidade, um conjunto de valores-notícia [...], o seu ‘faro para a notícia’, a sua ‘perspicácia noticiosa” (Traquina, 2013, p. 40).

É comum a atividade jornalística ser associada ao sentido que lembra a animalidade, o olfato, com jargões como “jornalista tem que ter faro”, ou a ideia de *watchdog*, representação que vê o jornalismo como verdadeiro “cão de guarda” da sociedade”. Muitas vezes, a reportagem aparece descrita de forma redutora, como resultado de sentidos aguçados e da “vocação” para identificar o que é notícia, ocultando a existência de um método e colocando o jornalismo como missão ou sacerdócio. A compreensão deste fazer precisa avançar, especialmente quando reconhecida nesta uma das práticas consideradas mais valorizadas nas convenções profissionais internalizadas. Como os processos envolvidos no exercício da reportagem geralmente são silenciados, o público habitualmente tem acesso apenas ao resultado final que lhe é entregue, desconhecendo o processo, o que contribui para visões deturpadas sobre a prática.

O termo “faro” para se referir à capacidade profissional reflete a influência da epistemologia praticada, “na ligação estabelecida na cultura profissional entre esse saber e o papel do instinto” (Traquina, 2013, p. 43). A palavra aparece com frequência nos textos sobre jornalismo. Um significado atípico ligado ao chamado faro jornalístico e que explica a origem da expressão se encontra em Guirado (2004, p. 91), para quem “a expressão faro traduz o alemão *nase*, do latim ‘*nasus*’, que além de nariz, olfato e fato significa esperteza. Quando reduzida à animalidade, a noção é problemática porque esconde uma suposta ideia de fazer totalmente “natural e instintivo” atribuída às práticas

jornalísticas, insuficiente para explicar os seus processos. Ainda assim, o sentido inato atravessa os tempos e sobrevive em livros de jornalistas, entrevistas, depoimentos de repórteres e inclusive em alguns trabalhos acadêmicos. Como diz Moretzsohn (2002, p. 64-65): “a referência ao ‘faro’ é importante porque, além da subjetividade que comporta, diz bem de uma profissão que construiu para si a própria imagem orgulhosa de ser essencialmente uma prática [...]”. Assim, a partir de tal ótica, a notícia seria da dimensão do intuitivo, de modo que somente bons repórteres, “naturalmente”, poderiam captar.

A associação da reportagem a ações instintivas é reveladora da naturalização do processo de reportar ao longo do tempo. Não é de se estranhar tal pensamento, no entanto, à medida que muitos dos discursos que enfatizam uma “vocação” são propagados por pesquisadores do campo, como Amoroso Lima (1990, p. 72), que faz uma simplificação extrema: “Nasce-se jornalista, como se nasce professor ou romancista”. Saberes singulares circunscritos ao âmbito da prática e da ambiência da redação, onde ocorrem os compartilhamentos das vivências e aprendizados, garantem o funcionamento do jornalismo. Não se pode negar, portanto, a função desempenhada nessas trocas. Mas reduzir os saberes profissionais apenas a esse universo também revela uma visão limitada.

205

Conhecimentos tácitos

Argumentando que a transformação do conhecimento se dá de maneira interativa e em espiral, Takeuchi e Nonaka (2008) postulam quatro modos de conversão do conhecimento: 1) *socialização*: na relação espontânea entre emissores e receptores, com o compartilhamento e criação de conhecimento na experiência direta (de tácito para tácito); 2) *externalização*: quando ocorre a experiência é externada por palavras, com a articulação de conhecimento tácito pelo diálogo e reflexão (de tácito para explícito); 3) *combinação*: com a interação entre interlocutores por meio da linguagem, na aplicação do conhecimento explícito (de explícito para explícito); e 4) *internalização*: incorporação do conhecimento nas ações individuais e práticas coletivas (de explícito para tácito). Embora negligenciada da literatura especializada, os autores entendem que a chave da criação do conhecimento está na externalização. Nessa etapa, o conhecimento tácito, pessoal, específico ao contexto e de difícil formalização, passa a ser convertido em conhecimento articulável, com palavras e números.

Entre as formas de ilustrar essa fase de externalização, com a conversão do conhecimento tácito em explícito e articulável, está a própria escrita. “É um processo de criação do conhecimento perfeito, na medida em que o conhecimento tácito se torna explícito, expresso na forma de metáforas, analogias, conceitos, hipóteses ou modelos” (Nonaka; Takeuchi, 1997, p. 71). Conhecido na literatura como modelo, espiral ou processo SECI, este ciclo, conforme ilustra a figura a seguir, parte do pressuposto de que *o conhecimento humano é criado e expandido pela interação social entre conhecimento tácito e conhecimento explícito*. Nesse processo interativo, há a inovação. Compreender esses quatro tipos de conversão, tratados de diferentes modos na teoria organizacional, torna-se importante ao jornalismo, especialmente à reportagem, também pela necessidade de aprofundar a maturidade teórica desse campo tão limitado ao pragmatismo.



206

Figura 1: Espiral do Conhecimento ou Modelo Seci.

Fonte: Adaptado de Takeuchi e Nonaka (2008)

A distinção estabelecida entre conhecimento tácito e conhecimento explícito foi proposta pelo filósofo e cientista húngaro Michael Polanyi, em 1966, encontrando ampla adesão na área do conhecimento. Takeuchi e Nonaka se difundiram como os autores que mais desenvolveram esta ideia, entendendo o conhecimento tácito em elementos

cognitivos, como modelos mentais e esquemas, que contribuem para os seres humanos se perceberem no mundo, e técnicos, no plano das habilidades concretas. Polanyi afirmava que a aquisição de conhecimento se dá através da criação e organização das próprias experiências. Desta maneira, o conhecimento expresso em palavras e números representaria apenas um fragmento do conhecimento. Como constata o teórico: “podemos saber mais do que podemos dizer” (Polanyi, 1966 apud Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 4).

Portanto, não é apenas a prática jornalística que se encontra nesse lugar, “da oposição entre o racionalismo e o empirismo”, citando os termos recorridos pelos pesquisadores Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007), ao pensarem o ofício do sociólogo, em obra que procura ensinar os atos mais práticos da prática sociológica. Nesse ponto de vista, “toda a operação, por mais parcial que seja, implica sempre na dialética entre teoria e verificação” (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2007, p. 79). Requer, portanto, um rompimento com o senso comum ou com a sociologia espontânea. “Toda a prática científica, até mesmo e, sobretudo quando obcecadamente reivindica o empirismo cego, implica pressupostos teóricos” (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2007, p. 48). Por outro lado, a pesquisa científica exigiria, da mesma forma, um conhecimento tácito, a vivência prática, como explica Bourdieu:

O ensino de um ofício ou, para dizer como Durkheim, de uma “arte”, entendido como “prática pura sem teoria”, exige uma pedagogia que não é de forma alguma a que convém ao ensino dos saberes. Como se vê bem nas sociedades sem escrita e sem escola – mas também é verdadeiro quanto ao que se ensina na sociedade com escola e nas próprias escolas – numerosos modos de pensamento e de ação – e muitas vezes os mais vitais – transmitem-se de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contacto directo e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende (“faz como eu”). Os historiadores e os filósofos das ciências – e os próprios cientistas, sobretudo – têm frequentemente observado que uma parte importante da profissão de cientista se obtém por modos de aquisição inteiramente práticos [...] (Bourdieu, 2009, p. 22).

A ideia de seguirmos “treinamentos culturais não percebidos” se respalda no conceito de habitus, emprestado de Bourdieu (1996, 1997), compreendendo-o como um conjunto de disposições partilhadas pelos agentes do campo, traduzidas como uma “incorporação das práticas”, apropriadas de formas distintas e subjetivas, mas também coletivamente. O pensamento bourdiesiano contribui no sentido de pensar “as disposições (ou os habitus) e as tomadas de posição, as ‘escolhas’ que os agentes sociais fazem nos

domínios mais diferentes da prática” (Bourdieu, 1996, p. 18). O habitus se configura como as predisposições adquiridas ao longo da vida para se pensar e agir de determinada forma. É descrito como estruturas mentais através das quais agentes apreendem o mundo social, princípios geradores de práticas distintas e distintivas, princípios de classificação e de divisão.

Essa interiorização de normas e valores seria responsável por orientar nossa forma de olhar para a realidade e se posicionar diante dela, permitindo o reconhecimento de certas regras e valores compartilhados em determinados espaços. Segundo Bourdieu (1996, p. 22), podemos entender que “[...] os habitus são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções”. Repórteres especiais, nesse caso, só existem e podem ser compreendidos nesse ambiente em relação a outras funções. Assim, como em outros campos, na tradição jornalística, “[...] só se torna uma diferença visível, perceptível, não indiferente, socialmente pertinente, se ela é percebida por alguém capaz de estabelecer a diferença” (Bourdieu, 1996, p. 23). Por estar nesse microcosmo específico, esse alguém não seria indiferente, mas “dotado de categorias de percepção, de esquemas classificatórios, de um gosto, que lhe permite estabelecer diferenças, discernir, distinguir” (Bourdieu, 1996, p. 23).

208

Considerações finais

O processo de produção e execução de uma reportagem exige necessariamente conhecimentos tácitos e explícitos, inseparáveis de todo o percurso, por isso da necessidade de transcendência de dicotomias muitas vezes ainda tão presentes, como corpo versus mente, emoção versus razão ou tácito versus explícito. Desde o impulso inicial para a pauta, há conhecimentos singulares da experiência e do contexto de cada agente, mas também conhecimentos comuns compartilhados pelo grupo profissional e desenvolvidos na trajetória histórica da cultura profissional. Mesmo que o aprendizado mais poderoso decorra da experiência direta (Nonaka; Takeuchi, 1997), há um conjunto de regras que orientam esse fazer, promovido pelo conhecimento explícito. Negar a existência de uma metodologia que conduz a reportagem ou deixá-la apenas restrita a dimensões intuitivas sugere implicitamente a sua negação como profissão. Reconhecê-la também como método de abordar a realidade, com etapas e procedimentos próprios,

oferece uma perspectiva que busca superar as limitações das teorias existentes, que a desprezam ou limitam-se a tratá-la pelo binarismo cartesiano.

Como uma linguagem própria, o jornalismo se baseia em códigos, valores éticos, procedimentos e parâmetros particulares, e o seu domínio requer conhecimentos tácitos, internos aos indivíduos, e explícitos, com mais facilidade de exposição. Se a definição da pauta e a narração podem ser mais difíceis de explicitação - embora também sejam marcadas por processos que vão além das percepções cognitivas -, o saber de apuração se fundamenta em um método constituído a partir da experiência institucionalizada da profissão. O conhecimento tácito, construído pelas vivências de natureza pessoal acumuladas pelos profissionais, embora muitas vezes desprezado, tem um valor significativo, envolvendo o corpo e todos os sentidos. Essa *expertise* adquirida pela experiência possibilita um saber fazer de uma maneira aperfeiçoada, evitando erros passados e buscando um melhor desempenho, com redução do tempo investido, ampliação de repertório e mais margem para a criação e a autoria, por exemplo. Por isso também é importante contribuir para avançar no conhecimento do método envolvido no exercício da reportagem.

Referências

BARROS FILHO, C. Reflexo de pauta: ética e habitus na produção da notícia. **Contracampo**, v. 7, n. 2, p. 157-183, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17341>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.

BREED, W. Controlo social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1999. p. 152-166.

BUCCI, E. **Sobre a ética e a imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

ERICSON, R. V.; BARANEK, P. M; CHAN, J. B. L. **Visualizing deviance: a study of news organization**. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FONSECA, V. P. S. Um conceito para jornalismo: conhecimento singular ou senso comum? **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre. v. 8, n. 1, p. 171-182, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99845>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. (Jornalismo a rigor. v. 6.).

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOTSCHO, R. **A prática da reportagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MACDOUGALL, C. D. **Interpretative Reporting**. New York: Macmillan, 1972.

MAROCCO, B. **Ações de resistência no jornalismo**: "livro de repórter". Florianópolis: Insular, 2016.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MEDITSCH, E. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre (RS): Arquipélago, 2022.

MORETZSOHN, S. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOSER, M. **O método da reportagem**: um estudo a partir de depoimentos de repórteres especiais. Tese de Doutorado. PPGJor/UFSC, 2021. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0174-T.pdf> Acesso em: 10 mar, 2024.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OSORIO VARGAS, R. H. **El reportaje como metodología del periodismo**: una polifonia de saberes. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2017.

PAIXÃO, P. (org.). **Mestres da Reportagem**: vol. I. Jundiaí, SP: In House, 2012.

PAIXÃO, P. (org.). **Mestres da Reportagem**: vol. II. Jundiaí, SP: In House, 2018a.

PAIXÃO, P. (org.). **Mestres da Reportagem**: vol. III. Jundiaí, SP: In House, 2018b.

PARK, R. E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008a. p.51-70.

PHILLIPS, E. B. Novidade sem mudança. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1999. p. 326-331.

ROSSI, C.; KNAPP, W.; BERNARDET, J. C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. v. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

VEIGA DA SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/118550>. Acesso em: 15 maio 2021.

ZELIZER, B. **What journalism could be**. Cambridge: Polity Press, 2017. E-book. Edição para Kindle.

Submissão: 11 de mar. 2024

Aceite: 20 de ago. 2024.